



ATA

112ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

CNPS

27 de julho de 2005
Brasília -DF

1 MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
2 ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
3 NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS
4

5 DATA: 27 de julho de 2005.

6 LOCAL: Sala de Reuniões do 9º Andar do MPS

7
8 I – PRESENCAS

9
10 Representação do Governo

11 MPS – Nelson Machado

12 MPS – Helmut Schwarzer

13 MPS – João Donadon

14 MPS – Lieda Amaral de Souza

15 MPS – Leonardo André Paixão

16 INSS – João Laércio Gagliardi Fernandes

17 MP – Eduardo Cezar Gomes

18 MP/IPEA – Guilherme Costa Delgado

19
20 Representação dos aposentados e pensionistas

21 Cobap - Marcelo Viana Estevão de Moraes

22 Cobap – Raimundo Nonato de Souza

23 Cobap – Josepha Theotônia de Britto

24 CUT/Sintrap – Eptácio Luiz Epaminondas

25
26 Representação dos trabalhadores em atividade

27 Contag – Evandro José Morello

28 CUT – Lúcia Regina dos Santos Reis

29
30 Representação dos empregadores

31 CNC – José Idemar Ribeiro

32 CNF – Jorge Higashino

33 CNT – Danielle Strohmeyer Gomes

34
35 Convidados:

36 MPS/SE – Jorceli Pereira de Sousa

37 MPS/AGR/SE – Antonio Cezar Bassoli

38 MPS/SRP – Sandra Dorea

39 MF/SPE – Cristiano Ordunes Portugal

40 Dataprev – José Porphirio A. Miranda

41 INSS/Dirben – Eduardo Basso

42 INSS/Reabilitação Profissional – Marta Angélica Gomes de Paiva

43 INSS/Reabilitação Profissional – Regina Márcia Moura Coelho

44
45 Ausências:

46 MPS – Levy Leite

47 INSS – Samir de Castro Hatem

48 MF – Bernard Appy

49 MF – Julian Marcondes Viana de Assis

50 Sindnap – Luiz Antonio Adriano da Silva

51 Cobap – Plínio Arantes

52 Força Sindical – Ricardo Patah

53 CGT – Carlos Alberto dos Reis

54 SDS – Wagner José de Souza

55 Contag – Alessandra da Costa Lunas

56 CNI – Aurélio Márcio Nogueira
57 CNM – Paulo Roberto Ziulkoski
58 CNA – Rodolfo Tavares

59

60 II – ABERTURA

61 Presidindo a mesa, o Sr. Secretário de Previdência Social do Ministério da
62 Previdência Social Helmut Schwarzer abriu a reunião. Justificou a ausência do Senhor
63 Ministro da Previdência Social, Nelson Machado, na abertura, aduzindo que S. Ex^a
64 compareceria ainda naquele dia à reunião. Deu as boas-vindas aos senhores
65 Conselheiros e, verificada a existência de *quorum*, deu início aos trabalhos.

66

67 III – EXPEDIENTE

68

69 O Presidente submeteu à aprovação do Conselho a ata da 111^a reunião ordinária,
70 esclarecendo que já haviam sido realizadas todas as correções solicitadas, a qual foi
71 aprovada.

72

73 IV - INFORMES

74

75 O Presidente iniciou os Informes, propondo a mudança da data da próxima reunião,
76 marcada para o dia 31 de agosto, para o dia 24 do mesmo mês, para que fosse
77 apreciada a versão quase final da proposta orçamentária do Ministério da Previdência,
78 uma vez que ainda não existia a versão final e o processo se encerraria no dia 31. O
79 Conselheiro Eduardo Cezar Gomes, representante do Ministério do Planejamento,
80 informou que foi apresentada, no mês de junho, uma proposta preliminar; e que não
81 haviam sido distribuídos ainda os limites orçamentários para o Ministério, o que estaria
82 ocorrendo no dia desta reunião, devido à conjuntura política, e que, na prática o
83 processo de elaboração do orçamento estaria começando neste dia. Aduziu que no
84 dia 24 de agosto o sistema orçamentário estaria praticamente fechado, então não
85 haveria diferença entre os dias 24 e 31 de agosto se a intenção era de influenciar a
86 proposta. O Conselheiro Guilherme Costa Delgado informou que no dia 24 estaria de
87 férias e que, caso a data da reunião fosse alterada, ele não poderia apresentar o
88 estudo sobre o fator previdenciário conforme estava previsto, solicitando que a data da
89 reunião fosse mantida na última quarta-feira do mês, como de praxe. Em seguida, o
90 Conselheiro Jorge Higashino reportou-se ao fato de o ressarcimento de custos pelo
91 serviço bancário não constar mais do orçamento do Ministério da Previdência, e sim
92 do Ministério da Fazenda, informando que estava trabalhando em conjunto com o
93 INSS para que aquele ressarcimento fosse incluído no orçamento do Ministério da
94 Fazenda. Acrescentou que seria importante que o pessoal do INSS também estivesse
95 presente durante as discussões, para trabalhar os termos do contrato para 2006, que
96 deverá ser diferente do atual, porque o pagamento de benefícios será feito pelo INSS,
97 enquanto receita ou arrecadação da contribuição previdenciária deverá constar de
98 contrato único com a Receita Federal, lembrando a importância de serem cumpridos
99 os prazos para o envio posterior ao Ministério do Planejamento. A Conselheira
100 Josepha Theotonia ponderou que, como tanto fazia marcar a reunião para o dia 24 ou
101 31 de agosto em relação à proposta orçamentária, diante da existência de vários
102 assuntos a serem discutidos na próxima reunião, como o fator previdenciário e a
103 supersecretaria, seria necessário que ela tivesse duração maior do que meio período,
104 talvez de um dia inteiro ou de dois dias. Tendo em vista os argumentos relativos à
105 proposta orçamentária, o Presidente sugeriu que ela fosse publicada na Internet ou
106 que estivesse à disposição dos Senhores Conselheiros que quisessem consultá-la
107 pessoalmente na sala da Secretaria do Conselho durante os primeiros dias de agosto,
108 para que manifestações por escrito fossem encaminhadas à área orçamentária do
109 Ministério da Previdência Social, ficando mantida a data da próxima reunião do

110 Conselho para o dia 31 de agosto. Em seguida, o Presidente passou para o próximo
111 informe, referente à planilha de custos da Dataprev, concedendo a palavra para o Sr.
112 José Porphirio, membro da Diretoria Colegiada da Dataprev, a quem deu as boas-
113 vindas ao Conselho. O Sr. José Porphirio informou que o assunto que o trazia à
114 reunião se referia à tarifa de trinta centavos cobrada pela Dataprev para realizar o
115 empréstimo consignado, valor questionado pela Febraban em todas as reuniões
116 formais. Esclareceu que a Dataprev já teria apresentado explicações sobre a estrutura
117 de custo, aduzindo que a empresa fazia o processamento de algo em torno de 18
118 milhões de registros e procedia ao acompanhamento mensal das tabelas, que estava
119 consciente de que o valor cobrado não era fictício, citando como parâmetro alguns
120 preços praticados pelos bancos em relação ao INSS, e acrescentou que não
121 considerava conveniente abrir a sua formação de preços completa, a não ser que
122 houvesse uma comunicação expressa do Ministério da Previdência ou do INSS nesse
123 sentido. O Conselheiro Jorge Higashino argumentou, em contrapartida, que se aquele
124 valor era tão correto, seria justo apresentar a planilha de custos, a exemplo do que
125 fizeram os bancos, que apresentaram a sua planilha de custos auditada, aduzindo que
126 não era admissível a comparação entre a atividade bancária e aquela realizada pela
127 Dataprev, que, no seu entender, não fazia nada além do processamento, que poderia
128 ser medido em termos de processos e de rotina de informática. Acrescentou que
129 nenhum empregador cobrava de seus empregados a tarifa de trinta centavos pela
130 consignação, e sim dos patrões, que, no caso da Dataprev, seriam por equivalência o
131 INSS e o Ministério da Previdência, e que era errado dizer que o banco não fazia o
132 processamento pelo recebimento nos terminais eletrônicos. Esclareceu que gostaria
133 de estabelecer um pouco mais de diálogo com a Dataprev, para que o seu
134 relacionamento fosse melhor e que os bancos estavam cerceados de, por convênio,
135 fazer empréstimos em consignação ou por retenção para os beneficiários do INSS,
136 porque na prioridade da Dataprev não constava a modalidade retenção, assunto sobre
137 o qual gostaria de ter maior conhecimento, pois, apesar de cobrar esclarecimentos da
138 Dataprev, ainda não havia obtido retorno. O Presidente ponderou que não seria
139 aconselhável debater o assunto naquele momento, porque demandaria tempo
140 adicional, o que estaria fora do planejamento da reunião, mas que poderia admitir uma
141 breve resposta. Perguntou se a Dataprev, no seu processo de auditoria, dispunha das
142 planilhas de custo, esclarecendo que estavam registradas todas as questões do
143 Conselheiro Higashino, as quais seriam respondidas oportunamente. O Sr. José
144 Porphirio acrescentou que a Dataprev, como empresa de processamento de dados,
145 deveria cobrar pelos seus serviços, que os seus custos eram auditáveis e que gostaria
146 de abrir um canal de conversação com os bancos, para realizar uma reunião formal e
147 tratar especificamente dos assuntos mencionados na reunião, a fim de acertar os
148 enteveros que havia. Em seguida, a Conselheira Josepha Theotonia comunicou que
149 havia um assunto sobre o qual o Conselheiro precisaria tomar conhecimento, porque
150 ouvira um parlamentar dizer que o Governo pagou ao BMG pelos serviços prestados
151 com o empréstimo consignado e que o BMG, por vários meses, operou sozinho esse
152 empréstimo. Acrescentou que o INSS expediu uma nota a título de esclarecimento que
153 não esclarecia totalmente o assunto, segundo a qual informava que havia 44
154 instituições financeiras prestando o serviço de empréstimo consignado e que a
155 primeira foi a Caixa Econômica Federal. Aduziu que gostaria de ter conhecimento
156 sobre como ocorreu aquele empréstimo e se haveria algum fundamento na citação
157 daquele parlamentar. Ressaltou a importância de o Conselho saber como foram
158 realizados os contratos de empréstimo consignado, quem estaria pagando os custos
159 para os bancos e quem estaria lucrando, devido ao fato de tal assunto afetar os
160 aposentados e pensionistas. O Conselheiro Marcelo Viana, em aparte, esclareceu que
161 o Jornal "O Globo" também publicou uma matéria informando certa disparidade entre
162 os juros que eram divulgados pelas instituições financeiras e aqueles efetivamente
163 cobrados, comunicou que tomou a iniciativa de encaminhar expediente com a matéria
164 à Secretaria Executiva do Conselho, solicitando que verificasse junto ao INSS as

165 informações sobre o assunto e enfatizou a gravidade do tema, uma vez que o
166 aposentado poderia ser induzido ao erro. Em seguida, o Conselheiro Evandro José
167 Morello solicitou a palavra para informar que, quando das negociações com o “Grito da
168 Terra”, soube que o empréstimo em consignação estaria suspenso. Perguntou se o
169 procedimento estava realmente suspenso ou se já havia sido retomado e acrescentou
170 que gostaria que o tema fosse discutido no Conselho, devido aos problemas que vinha
171 acarretando para os aposentados de uma forma geral. O Conselheiro Jorge Higashino
172 esclareceu que foi suspenso por 60 dias o credenciamento de novos bancos, e não o
173 empréstimo, e que o INSS e o Ministério Público procuraram o Banco Central para
174 solicitar inspeção ou um estudo daquela situação, para saber o que estaria ocorrendo
175 de fato. Informou que teve a oportunidade de entregar ao Conselho uma carta da
176 Febraban aos bancos, recomendando que trabalhassem com ética e transparência,
177 apresentando a taxa real que seria cobrada, incluídas as despesas. Fez referência à
178 modalidade de retenção, enfatizando que ficou abismado ao verificar que bancos que
179 não têm relacionamento com o beneficiário do INSS operam consignação, o que, no
180 seu entender, era ruim para todo o sistema, pois não permitia que se desse um
181 tratamento melhor ao aposentado e pensionista. Informou ainda que o Banco Central,
182 por meio de norma, proibiu os empréstimos por telefone, porque permitiam o
183 cometimento fraudes, tais como empréstimos em nome de pessoas falecidas,
184 solicitando que fosse avisado quanto a esse tipo de ocorrência, para evitar a sua
185 continuidade. O Presidente solicitou que na próxima reunião o Conselheiro Jorge
186 Higashino apresentasse, com auxílio da Febraban, as taxas efetivamente praticadas
187 pelos bancos que operavam o empréstimo consignado e informou que ainda teria
188 outros informes a prestar, mas que os deixaria para o final da reunião, com o intuito de
189 não atrasar os demais itens da ordem do dia. O Conselheiro Epitácio Luiz
190 Epaminondas, referindo-se aos valores e taxas cobrados pelos bancos, informou que
191 participou de reunião no Ministério do Trabalho e de outras, nas quais a taxa aprovada
192 para os empréstimos em consignação havia sido de 1,75% a 3,25%, mas que fizera
193 um levantamento e verificara que as taxas aplicadas atualmente começavam em 1,5%
194 e chegavam a 7,99%, solicitou informações a respeito do financiamento pelo prefixo
195 08000, que ainda estava sendo divulgado pela apresentadora Hebe Camargo, e
196 comunicou que tentou marcar reunião com a Dataprev inúmeras vezes, mas a
197 empresa não o atendia. O Conselheiro João Laércio informou que a Caixa Econômica
198 Federal foi o primeiro banco a ser credenciado pelo INSS para operar consignações e
199 que o BMG foi o quarto. Em seguida, o Sr. José Porphirio disse que a Dataprev estaria
200 aberta tanto à Federação quanto à Febraban, bastando apenas procurá-lo para marcar
201 uma reunião. Complementando o que disse o Conselheiro João Laércio, esclareceu
202 que a Dataprev só começou a operar com os bancos depois da assinatura do
203 convênio, aduzindo que, inicialmente, a Caixa Econômica Federal detinha 60% do
204 volume de empréstimos, e que, depois que o BMG começou a operar, ele conseguiu
205 ultrapassá-la, portanto os maiores bancos lidando com consignação junto ao INSS
206 seriam a Caixa Econômica Federal e o BMG. O Conselheiro João Laércio
207 acrescentou, quanto à operação de empréstimo por meio do prefixo 0800, divulgada
208 pela apresentadora Hebe Camargo, o problema foi objeto de análise nas últimas
209 medidas adotadas pelo INSS para preservar os seus segurados, mas que o órgão não
210 poderia interferir, porque a fiscalização seria de competência do Banco Central. O
211 Conselheiro Raimundo Nonato de Souza ressaltou que aquilo era preocupante, porque
212 estaria em jogo o recurso do assegurado, informando que 92% do orçamento da
213 Previdência eram destinados para a Previdência básica. Comentou a importância de
214 os Conselheiros tomarem conhecimento com antecedência de tais assuntos para
215 promover uma discussão ampla no Conselho. O Presidente sugeriu que na próxima
216 reunião fosse feita uma apresentação a respeito do assunto, solicitando ao
217 Conselheiro Jorge Higashino que trouxesse informações adicionais sobre as entidades
218 financeiras. Solicitou ainda que fosse convidada a Ouvidora do Ministério da
219 Previdência Social, Dr^a Neiva, que estava fazendo a sistematização das

220 manifestações de segurados em relação aos empréstimos consignados, bem como
221 uma campanha de esclarecimento. A Conselheira Josepha Theotonia mencionou a
222 vasta propaganda atribuída ao cartão de crédito que seria concedido juntamente com
223 o empréstimo consignado, ponderando que ninguém faz tal propaganda se não ganhar
224 muito dinheiro. Lembrou que a Previdência possui o maior cadastro do País, o qual
225 seria muito cobiçado, e a importância de o INSS se manifestar contra essa ocorrência.
226 Justificou a menção ao assunto porque ouviu um parlamentar se pronunciar a esse
227 respeito durante a CPI. O Presidente lembrou que a aquela questão havia sido
228 devidamente esclarecida e que somente depois que a Caixa Econômica Federal, que
229 foi o primeiro banco a operar empréstimo consignado, começou a fazê-lo os outros
230 bancos começaram a concorrer entre si para prestar esse serviço. O Conselheiro João
231 Laércio informou que havia 79 instituições bancárias entre as que estão funcionando,
232 as que estão em teste com os arquivos da Dataprev e as que estão em habilitação
233 processual. Dando prosseguimento, o Presidente passou à ordem do dia.

234

235 IV – ORDEM DO DIA

236

237 Reabilitação Profissional

238

239 A Sr^a Regina Márcia Moura Coelho, substituta da Chefe de Divisão de Reabilitação
240 Profissional, fez uma breve apresentação sobre o assunto, auxiliada pela Sr^a Marta
241 Angélica Gomes de Paiva, explicando que houve dois momentos distintos na área de
242 Reabilitação Profissional: antes do PMA, quando funcionava de modo desagregado
243 em relação às outras unidades do INSS, numa estrutura que incluía a reabilitação
244 física e profissional, com atendimento integral de todos os segurados; e depois do
245 PMA, quando passou a ser oferecido o atendimento globalizado ao segurado,
246 mantendo dentro da mesma unidade a prestação dos serviços de benefício,
247 arrecadação e fiscalização. Dentre os fatores que concorreram para essa mudança,
248 foram citados o sucateamento dos centros de reabilitação anteriores ao PMA, a falta
249 de recursos humanos capacitados e a falta de recursos financeiros. Citou os pontos
250 positivos do modelo, esclarecendo que a reabilitação profissional, durante muito
251 tempo, foi relegada ao segundo plano por desconhecimento da Casa e do próprio
252 segurado, mas que com a nova proposta foi ressaltada a sua importância e
253 obrigatoriedade; a criação da Divisão de Reabilitação Profissional, provocando a
254 inclusão de peritos médicos e de todas as divisões integradas para a prestação do
255 serviço de reabilitação profissional. Informou que, em 2003, foram realizadas várias
256 reuniões técnicas em nível local, regional e nacional, das quais resultou a carta de São
257 Paulo, que continha as proposições feitas pelos participantes das reuniões, visando a
258 melhoria do atendimento da Reabilitação Profissional, documento que foi
259 encaminhado ao Diretor-Presidente do INSS. Mencionou que uma das características
260 do PMA seria a descentralização do atendimento, proporcionando a prestação do
261 serviço mais próxima do segurado e a realização de parcerias, convênios e acordos
262 com o Ministério Público, a Delegacia Regional do Trabalho, o Sine, o Sistema “S”, as
263 universidades e empresas para executar o serviço de reabilitação profissional, tendo
264 como objetivos principais requalificar o profissional, cumprir o percentual de reserva de
265 vagas, fiscalizar, prevenir riscos e reabilitar fisicamente o segurado. Informou que,
266 atualmente, das 102 gerências executivas do INSS, 89 possuem UTRP – Unidade
267 Técnica de Reabilitação Profissional, correspondendo ao percentual de 87%, que das
268 1.189 agências da Previdência Social, apenas 300 possuíam equipes de reabilitação
269 profissional fixas ou volantes, o equivalente a 25,23% daquele total e que ainda havia
270 possibilidade de descentralizar o atendimento em 889 agências. Apresentou o impacto
271 econômico da Reabilitação Profissional no ano de 2003, informando que 14.909
272 segurados retornaram ao trabalho; que, considerando o valor médio do benefício, de
273 R\$416,16, o valor total que foi pago pelo INSS durante treze meses, acrescidos do
274 décimo terceiro salário, seria de R\$80.658.882,72; que, com o retorno desses

275 contribuintes ao trabalho, pagando uma contribuição de cerca de R\$104,00,
276 arrecadou-se o total de R\$20.164.720,78, totalizando, portanto, a diminuição das
277 despesas e o retorno da contribuição em R\$100.823.603,40, dos quais, subtraindo-se
278 as despesas com a Reabilitação profissional, correspondentes a R\$3.510.297,66,
279 haveria como resultado líquido o valor de R\$97.313.305,74 em recursos que o INSS
280 teria deixado de gastar. Quanto ao impacto econômico da Reabilitação Profissional no
281 ano de 2004, informou que, apesar da greve dos funcionários do INSS em 2003 e do
282 contingenciamento de verbas da área, ainda houve uma significativa economia para o
283 INSS, com o retorno de 14.912 profissionais ao trabalho. Com relação às perspectivas
284 da Reabilitação Profissional, que, como informou, foram retiradas da carta de São
285 Paulo, sob o enfoque da articulação interna, citou a inclusão dos resultados da
286 Reabilitação Profissional nos indicadores de desempenho das gerências executivas,
287 proporcionando o envolvimento maior de todos os servidores naquele trabalho; a
288 aquisição de recursos materiais e de infra-estrutura para a atuação das equipes; a
289 recomposição do quadro de servidores com formação técnica específica para realizar
290 a reabilitação profissional, enfatizando que foram contratados analistas e técnicos
291 previdenciários que não têm o perfil adequado para trabalhar nessa área,
292 permanecendo o quadro de servidores insuficiente para dar andamento ao trabalho; a
293 proposição de alteração na legislação para proporcionar a concessão de incentivos
294 fiscais às empresas que reabilitarem os seus funcionários ou promoverem cursos de
295 treinamento para que eles possam se reintegrar ao trabalho. Sob o enfoque de
296 articulação externa, citou a garantia do caráter público da interinstitucionalidade da
297 Reabilitação Profissional como política social, envolvendo as áreas de previdência,
298 saúde, assistência social e do Ministério Público, ressaltando a dificuldade de se
299 pensar em reabilitação profissional dissociada da área da saúde, pois, desde 1990,
300 com a criação do SUS, a reabilitação profissional ficou completamente afastada da
301 reabilitação física, promovida pelo Ministério da Saúde. Citando ainda as perspectivas
302 da reabilitação profissional sob o enfoque de articulação externa, acrescentou a
303 inclusão de representantes da Reabilitação Profissional nos Conselhos de Controle da
304 Previdência Social; a integração das ações do Ministério da Previdência com o
305 Ministério da Saúde, proporcionando a agilização do atendimento aos segurados, e a
306 garantia de acesso dos reabilitandos aos serviços dos centros de especialidade para
307 avaliações e suporte à sua reabilitação; a integração com o Ministério do Trabalho e
308 Emprego para o cumprimento do percentual de reserva de vagas e fiscalização; e a
309 integração com o Ministério da Educação para o desenvolvimento de projetos
310 educacionais envolvendo a prevenção de acidentes, o nível de escolaridade, o
311 mercado de trabalho e a importância da Previdência Social. Aduziu a perspectiva de
312 inclusão de PPDs e de uma forma de divulgação da Reabilitação Profissional, além da
313 articulação externa com ONGs, sindicatos e outras instituições com as quais mantinha
314 algum convênio ou acordo para agilizar avaliações especializadas, tratamentos,
315 cursos, treinamentos, informações sobre o mercado de trabalho e a oferta de vagas, e
316 encerrou a sua apresentação. Em seguida, o Presidente concedeu a palavra ao
317 Conselheiro Marcelo Estevão, que enfatizou a importância de o Conselho conhecer o
318 conteúdo da carta de São Paulo, que poderia servir de subsídio para as discussões
319 posteriores sobre reabilitação profissional e até ser encampada pelo Conselho como
320 diretriz geral para a área de reabilitação da Previdência Social. Solicitou
321 esclarecimentos sobre o papel das UTRPs nas 89 agências onde existe a reabilitação
322 profissional e das ERPAPS, inclusive o significado da sigla, que não conhecia.
323 Ponderou sobre a descentralização do serviço de reabilitação profissional mediante
324 parcerias, na qual o papel do INSS seria o de supervisor, para evitar que fossem
325 criadas superestruturas com rendimento abaixo do desejado, pedindo explicações
326 sobre o que as agências e gerências que realizavam o serviço de reabilitação
327 profissional faziam efetivamente. Relembrando os números citados pela Sr^a Regina
328 Márcia, na sua apresentação, relativos ao retorno que o INSS obtinha com a
329 operacionalização do serviço de reabilitação profissional, considerando-os positivos e

330 avaliou que seria proveitoso para o INSS investir na reabilitação profissional, ao
331 mesmo tempo em que ponderou se estariam sendo alocados recursos para atividades
332 cujo retorno compensaria a despesa. Quanto às dificuldades decorrentes da falta de
333 recursos orçamentários, sugeriu que o Fundo de Amparo ao Trabalhador poderia
334 financiar a atividade de reabilitação profissional desempenhada pelo INSS, lembrando
335 que, quando foi Conselheiro do Codefat, como representante do Ministério da
336 Previdência Social, havia muito recurso naquele Fundo, o qual, segundo o
337 Conselheiro, “saía pelo ladrão”, ou seja, era desperdiçado. Destacou a importância da
338 reabilitação profissional, por se tratar de serviço obrigatório previsto em lei, por
339 melhorar a auto-estima do trabalhador que retorna ao mercado de trabalho e por
340 razões financeiras, tendo em vista o retorno da aplicação de recursos nessa atividade.
341 Quanto à proposta de criação de incentivo fiscal para as empresas, lembrou o esforço
342 para viabilizar a regulamentação do fator acidentário, que deverá ter algum impacto
343 sobre as taxas de seguro de acidente, aduzindo que, conforme a redução do nível de
344 acidentes e da demanda dos trabalhadores, as empresas receberiam um bônus em
345 termos de redução da sua alíquota, e propôs a inserção da reabilitação profissional
346 para auxiliar a mensuração do incentivo fiscal que seria concedido às empresas.
347 Ponderou que não sabia ainda como o assunto seria tratado com a criação da Receita
348 Federal do Brasil, mas considerou o tema pertinente e sugeriu o seu debate pelo
349 Conselho. Antes de passar a palavra ao Conselheiro Eduardo Cezar Gomes, o
350 Presidente informou que o Ministro já estava de volta à Casa e que compareceria à
351 reunião a qualquer momento. O Conselheiro Eduardo Cezar Gomes perguntou se as
352 15 mil pessoas que retornaram ao trabalho passaram pela reabilitação profissional e
353 teceu considerações a respeito da sugestão do Conselheiro Marcelo Estevão, relativa
354 ao FAT, esclarecendo que os seus recursos não “saíam pelo ladrão”, porque
355 financiavam seguro-desemprego, abono salarial e a política de financiamento do
356 BNDES no percentual de 40%, além de serem utilizados para o pagamento de
357 despesas correntes. O Conselheiro Marcelo Estevão informou que quando
358 representou o Ministério da Previdência Social no Codefat eram recorrentes as
359 denúncias de má utilização dos recursos daquele Fundo, principalmente nos
360 convênios com os estados. Esclareceu que quando disse que os recursos “saíam pelo
361 ladrão” referia-se ao desperdício no seu uso, mas que tal expressão poderia também
362 ser utilizada literalmente, aduzindo que, em função das denúncias que havia,
363 apresentou proposta de resolução que foi aprovada, solicitando auditoria da execução
364 físico-financeira daquele Fundo, a qual nunca foi realizada. O Conselheiro Jorge
365 Higashino ponderou que, em alguns casos, mesmo quando o profissional é liberado
366 pelo INSS e volta ao trabalho, ao submeter-se ao exame na empresa, é novamente
367 rejeitado, sob a alegação de que não está em condições de trabalho, e perguntou
368 como a área de reabilitação profissional estava lidando com esse problema que
369 afetava tanto a empresa quanto o empregado, parabenizando-a pelo seu trabalho.
370 Respondendo às perguntas, a Sr^a Marta Angélica Gomes de Paiva informou o
371 significado das siglas UTRP e ERPAPS, respectivamente, Unidade Técnica de
372 Reabilitação Profissional e Equipe de Reabilitação Profissional das Agências da
373 Previdência Social. Esclareceu que, quando foi implantada a descentralização,
374 pensava-se que as unidades técnicas abrigariam os atendimentos mais complexos e
375 que nas equipes técnicas estariam os profissionais que fariam as avaliações para
376 saber se o segurado realmente poderia se submeter a um programa profissional.
377 Acrescentou que um segurado avaliado pela reabilitação sem condições de fazer um
378 programa nem sequer entrava na reabilitação e que se chamava de inelegibilidade
379 temporária o caso em que o cidadão, por meio de um tratamento de saúde, teria
380 condições de voltar depois para a reabilitação e de inelegibilidade por limite indefinido
381 a sugestão de aposentadoria, porque aquela pessoa não teria condições, mesmo com
382 o tratamento, de passar por um programa profissional. Explicou como funcionava a
383 equipe fixa e volante, dizendo que a mesma equipe que atendia aos segurados numa
384 agência poderia atender em outras agências sem pessoal, durante uma semana, de

385 forma volante. Esse atendimento consistia em acompanhar e concluir o programa. No
386 final do curso, a equipe verificava se o segurado tinha condições de voltar ao trabalho,
387 que, se fosse vinculado à sua empresa, exigiria um período de adaptação, findo o qual
388 seria desligado da equipe da agência. Mencionou que, há alguns anos, firmou parceria
389 com uma entidade que recebia recursos do FAT, e que, apesar de ter havido a
390 assinatura do termo, nenhum segurado recebeu atendimento. Esclareceu que nos
391 casos em que o INSS era apenas homologador do programa, havia convênios com
392 empresas que o realizavam, então a equipe acompanhava, para saber se era
393 compatível a função em que a empresa adaptou aquele funcionário com a capacidade
394 que ele apresentava e se ele realmente tinha condições de exercitar as atividades
395 daquela função. Depois de realizada a avaliação, o INSS homologava. Informou que
396 todos os 15 mil segurados voltaram ao trabalho depois da avaliação da reabilitação
397 profissional, sendo que alguns precisaram passar por um período de adaptação que
398 durou 15 dias, chamado retorno imediato ao trabalho, e outros passaram por programa
399 profissional, fazendo capacitação ou dentro da própria empresa ou numa escola de
400 capacitação. Acrescentou que os retornos depois do programa se enquadravam em
401 três modalidades: ou o segurado voltava para a mesma função que exercia
402 anteriormente, caso em que precisaria de capacitação somente se durante o tempo
403 em que ficou afastado mudasse algo naquela atividade; ou poderia voltar para a
404 mesma função com atividades diferenciadas; ou voltaria para exercer outra função
405 completamente diferente da anterior. Em seguida, o Presidente agradeceu a
406 participação da equipe da Diretoria de Benefícios, acrescentando, em nome da
407 Secretaria de Previdência Social, que considerava muito importante a área de
408 reabilitação profissional, apesar de ser mais lembrada a área de perícia médica, que
409 se constituía na porta de entrada para a concessão de benefícios, enquanto a
410 reabilitação médica e profissional seria a porta de saída, com um custo/benefício
411 extremamente vantajoso para a Previdência Social. Diante da presença do Ministro da
412 Previdência Social, Sr. Nelson Machado, expressou a sua satisfação em recebê-lo e
413 passou-lhe imediatamente a palavra. O Sr. Ministro iniciou a sua manifestação
414 pedindo desculpas a todos por não ter participado da abertura da reunião, conforme
415 era a sua intenção, porque teve que comparecer a uma reunião urgente. Esclareceu
416 aos Conselheiros que assumia a pasta muito consciente dos problemas e desafios que
417 teria que enfrentar, elogiou a competência e a dedicação do corpo funcional do
418 Ministério, mencionou a importância de focar as atenções no atendimento ao
419 beneficiário da Previdência Social e a conversa que manteve com a liderança do
420 movimento grevista, quando enfatizou a responsabilidade deles pelo atendimento ao
421 beneficiário. Lembrou que, para prestar atendimento satisfatório, seria necessário
422 enfrentar as dificuldades do dia-a-dia da Previdência Social, citando um deles: o
423 investimento em tecnologia de informação, que, segundo S. Ex^a, deveria ser
424 melhorado. Mencionou que havia na Previdência vários sistemas semi-implantados
425 que deveriam ser concluídos e a necessidade de se implantar o modelo de gestão
426 para permitir maior participação de todos os servidores e da sociedade, citando, neste
427 ponto, a importância do Conselho Nacional de Previdência Social, que a representa no
428 Ministério. Solicitou aos Conselheiros que continuassem prestando o seu trabalho e
429 informou a sua intenção de participar mais assiduamente das reuniões do Conselho,
430 para o qual traria as preocupações estratégicas da Previdência Social consagradas no
431 Proprev, que gostaria de ver debatido no Conselho. Em seguida, pediu licença para se
432 retirar, a fim de que o Conselheiro Helmut Schwazer continuasse a reunião, não sem
433 antes cumprimentar todos os presentes, um a um. O Conselheiro Marcelo Estevão
434 solicitou a palavra para agradecer a presença do Ministro, lembrando que nas duas
435 últimas gestões os Ministros não puderam comparecer nem esporadicamente às
436 reuniões do Conselho, fazendo votos para que a intenção do Ministro de participar
437 mais assiduamente se concretizasse. Voltando ao tema da reabilitação profissional,
438 observou que o debate realizado não seria suficiente para se elaborar uma resolução
439 estabelecendo diretrizes e prazos e respaldando o conjunto de atividades que seriam

440 desenvolvidas naquela área. Expressou a sua satisfação ao constatar que o Projeto
441 Reabilita não havia se perdido com a mudança de gestão e a vontade de continuar
442 trabalhando no assunto não apenas pelo seu aspecto humanitário, mas pela
443 importância da racionalização dos recursos da Previdência Social. Sugeriu que a
444 Secretaria Executiva apresentasse uma proposta de resolução, fixando diretrizes, ou
445 que fosse aprofundado o debate sobre o assunto depois que o Conselho tomasse
446 conhecimento da carta de São Paulo, propondo que a sua cópia fosse distribuída aos
447 Conselheiros. Em seguida, a Conselheira Josepha Theotonia ratificou o que disse o
448 Conselheiro Marcelo Estevão e solicitou que se registrasse em ata que, apesar de
449 sempre protestar devido à ausência dos Ministros, não queria dizer que não estivesse
450 satisfeita com a condução que o Presidente Sr. Helmut Schwarzer imprimia às
451 reuniões. Acrescentou que era relevante o fato de o Ministro, depois de uma semana
452 da sua posse, se lembrar da existência do Conselho e de que a sociedade estava ali
453 representada. O Presidente acrescentou que o Ministro não apenas lembrava a
454 existência do Conselho, mas considerava fundamental o seu papel no diálogo social. A
455 Conselheira Josepha Theotonia ressaltou que o plano de ação foi lançado pelo Palácio
456 do Planalto, sem a participação dos Conselheiros. O Presidente informou que a
457 Secretaria de Previdência Social e a Diretoria de Benefícios estavam trabalhando em
458 conjunto para aperfeiçoar a proposta do Reabilita, que levou ao conhecimento do
459 Secretário de Gestão, na semana passada, a necessidade de estender o choque de
460 gestão à área de reabilitação profissional, a fim de melhorar as suas condições de
461 trabalho e realizar concurso para a contratação de servidores. Comunicou aos
462 Conselheiros que a Secretaria de Previdência Social trouxe ao Ministério o Sr. Rienck
463 Prins, consultor holandês reconhecido internacionalmente na área de benefício por
464 incapacidade, autor do livro *"Who Returns to Work and Why"*, publicado pela
465 Associação Internacional de Seguridade Social, no qual compara as experiências na
466 área de benefício por incapacidade, as iniciativas e as políticas de oito países da
467 OCDE, que, durante 14 dias visitou o Distrito Federal, Goiânia e São Paulo para
468 conhecer as áreas ligadas ao auxílio-doença, à reabilitação profissional e à perícia
469 médica e enviou, no dia anterior a esta reunião, a primeira metade do seu relatório.
470 Comunicou que quando estivesse de posse do relatório completo faria a sua tradução,
471 realizaria discussões na Diretoria de Benefícios e na Secretaria de Previdência Social
472 a respeito do tema e também poderia deixá-lo à disposição do Conselho. Esclareceu
473 que a intenção da Secretaria de Previdência Social ao trazer o Consultor foi contar
474 com um olhar crítico para sugerir e recomendar o que poderia ser aperfeiçoado,
475 acrescentando que, apesar de algumas sugestões não serem adequadas à realidade
476 brasileira, outras certamente poderiam ser aproveitadas e que, com base nessa
477 análise e em todos os trabalhos que a Diretoria de Benefícios havia feito, pretendia
478 submeter ao Conselho, dali a duas reuniões, um elenco de recomendações.
479 Agradeceu mais uma vez a apresentação à equipe da Diretoria de Benefícios e
480 passou ao próximo item da pauta.

481

482 Plano de Ação 2005 Gerenciamento de Riscos

483

484 O Assessor de Gerenciamento de Riscos do Ministério da Previdência Social, Antonio
485 Cesar Bassoli, lembrou que há um ano fez a apresentação conceitual do projeto de
486 gerenciamento de riscos ao Conselho, o qual expediu resolução homologando-o e
487 determinando que fosse apresentado um plano de ação, o que faria naquele momento,
488 mas antes apresentaria um resumo do que teria sido desenvolvido no ano de 2004.
489 Esclareceu que a Assessoria de Gerenciamento de Riscos possuía uma estrutura
490 muito pequena no Ministério, composta pelo chefe da assessoria e dois
491 coordenadores, mas que contava com uma equipe virtual, formada por especialistas. A
492 metodologia do projeto foi desenvolvida por meio de oficinas de trabalho formadas por
493 grupos que se reuniam em Brasília periodicamente e se relacionavam com as áreas
494 de negócios. Informou que no ano passado foram realizadas doze oficinas para

495 disseminar a cultura de gerenciamento de riscos, atendendo às demandas do
496 Programa de Sorteio Público da Controladoria-Geral da União, que naquela ocasião
497 fazia a gestão do sistema Sisob, que trata dos óbitos, mas que atualmente a
498 Assessoria estava retornando para a Diretoria de Benefícios. Discorreu a respeito da
499 gestão do sistema Sisob, junto à Dataprev, no Rio de Janeiro, onde os seus técnicos
500 tiveram acesso à base de dados para concluir a auditoria sistêmica, que foi devolvida
501 para a Tecnologia. Em seguida, fizeram alguns estudos, entre eles, dos vínculos
502 extemporâneos, caracterizados pela inserção de um vínculo no sistema de benefícios
503 e no sistema de segurados com data posterior, visando evitar fraude. Informou que as
504 áreas trabalhadas no ano passado foram Benefícios, Receita Previdenciária,
505 Procuradoria do INSS e Conselho de Recursos, com foco maior na área de
506 arrecadação, devido à sua formação, acrescentando que a área de benefícios foi
507 montada com base nos relatórios que recebia dos órgãos externos de controle.
508 Quanto ao modo de ação do gerenciamento de riscos, explicou que não cabiam
509 formalidades no seu relacionamento com a área a ser enfocada, na qual teria que
510 trabalhar como colaborador e parceiro. Enfatizou que o controle interno na área de
511 benefícios era uma novidade, foi criado na metade do ano passado, estava
512 começando, mas eram mantidos contatos permanentes para formar parceria com a
513 área de controle interno, visando fortalecê-lo. Explicou o sistema inicial, denominado
514 SIR, que era baseado em Access, apresentando as telas que visavam facilitar a
515 comunicação e o intercâmbio entre as áreas de negócios com quem discutia o
516 assunto, apurava a sua vulnerabilidade e registrava no sistema e que, por ser manual,
517 precisava ser alimentado. As reuniões para tratar de determinado assunto eram feitas
518 com a diretoria da área e com os técnicos que trabalhavam na ponta, evitando ruído
519 na informação que a diretoria prestava, pois a constatação era feita na seqüência.
520 Apresentou as próximas telas do sistema: uma que apontava as vulnerabilidades,
521 outra em que fazia as recomendações em conjunto com a área e a próxima, em que
522 controlava as providências adotadas, o que lhe permitia, a qualquer momento, retornar
523 à área de negócio e fazer o monitoramento. Porém, esse sistema manual permitia
524 apenas verificações pontuais, portanto não era possível construir a coleção das
525 vulnerabilidades, o que poderia determinar o grau de risco, que era o seu objetivo
526 maior. Com a cobrança por parte do TCU, houve a determinação expressa para a
527 justificativa dos problemas, então foi feita uma cartilha e a posterior disseminação da
528 cultura do gerenciamento de riscos na instituição como um todo, pois ainda não existia
529 um modelo de gerenciamento para as instituições públicas. A Marinha desenvolvia
530 gerenciamento operacional específico e a Petrobras possuía gerenciamento de crises,
531 mas havia necessidade de conhecimento técnico-científico e de se construir um
532 modelo conceitual inquestionável e próprio para a Previdência. Então houve um
533 processo evolutivo de gerenciamento de riscos que deveria ser alimentado
534 continuamente, a capacitação dos servidores para o aperfeiçoamento contínuo do
535 modelo, com ênfase na transparência das informações junto aos órgãos de controle,
536 propiciando comunicações e busca de dados em tempo real, tendo como objetivo a
537 redução do volume de fraudes e sonegação. Foi escolhida uma instituição com
538 experiência na pesquisa e no desenvolvimento de soluções baseadas em tecnologias
539 avançadas, formada por um corpo de pesquisadores com capacidade de transmissão
540 de conhecimento, além de ser certificada para lidar com informações sigilosas. Em
541 seguida, foi feita a contratação do Instituto Vias para um projeto chamado pesquisa e
542 desenvolvimento de um sistema integrado, utilizando gestão do conhecimento com
543 inteligência artificial para a implantação de metodologia de gerenciamento de riscos da
544 Previdência Social, mediante o Contrato nº 40, de 26 de julho de 2004. Por se tratar de
545 um projeto muito grande, ele foi construído em 18 módulos pelo período de 18 meses,
546 correspondente ao período do contrato. Em dezembro de 2004, foi criado por portaria
547 ministerial o Comitê de Controle de Qualidade, devido à necessidade de
548 acompanhamento do trabalho que estava sendo desenvolvido. Informou que a sua
549 equipe foi a primeira a utilizar a metodologia da DTI, que era exigente quanto à

550 documentação, à formalidade e aos papéis que deveria acompanhar, garantindo não
551 apenas a documentação precisa, mas a qualidade do produto que seria entregue.
552 Com a criação, em outubro de 2004, da Secretaria da Receita Previdenciária, houve a
553 separação entre o gerenciamento de riscos específico da área de arrecadação e o
554 gerenciamento de riscos do Ministério.
555 Então todo o trabalho que havia sido feito naquela área foi passado, ainda através do
556 sistema SIR, que era manual, para a SRP, enquanto o pessoal da AGR continuou a
557 fazer o monitoramento de benefícios. Apresentou os resultados do ano de 2004: o
558 registro no sistema SIR de todos os elementos relativos a 87 vulnerabilidades
559 trabalhadas desde o início do aplicativo até dezembro de 2004, indicando os relatórios
560 situacionais, segundo os quais 9% foram eliminadas, 26% foram reduzidas e o
561 restante se encontrava em fase de monitoramento. Esclareceu que o controle da
562 execução orçamentária da AGR era feito através de um sistema da Controladoria do
563 INSS especificamente criado para isso. Em seguida, apresentou a situação da área
564 de benefícios, com 15 vulnerabilidades mapeadas até dezembro de 2004, das quais
565 uma havia sido eliminada; doze, reduzidas, com 80% das recomendações
566 implementadas; e em duas ainda não havia acontecido nada, porque dependiam de
567 outros eventos. Das recomendações, no total de 29, quatro foram implementadas
568 totalmente; nove, parcialmente; uma estava aguardando; e em quinze não havia sido
569 tomada medida alguma. Apresentou a situação em julho de 2005: do total de 39
570 vulnerabilidades, onze foram eliminadas; uma havia sido eliminada até dezembro de
571 2004; dez foram eliminadas durante o ano de 2005, em esforço conjunto com a área
572 de negócios e a área de benefícios; restando 19 inaptas. O plano de ação para o
573 segundo semestre seria o monitoramento dessas vulnerabilidades identificadas e o
574 mapeamento com as demais áreas do Ministério, exceto a Secretaria da Receita
575 Previdenciária, enquanto se desenvolve o sistema. O Presidente agradeceu a
576 exposição do Sr. Bassoli e passou imediatamente a palavra para a Sr^a Sandra Dorea,
577 Diretora da Secretaria da Receita Previdenciária, que apresentou o gerenciamento de
578 riscos da SRP, explicando que, com a criação da Secretaria, foi também criado o
579 Departamento de Informações Estratégicas, com duas grandes áreas de atuação: o
580 gerenciamento de riscos e controle interno e a pesquisa e investigação. Informou que
581 uma das ações do seu departamento seria a disseminação da cultura de
582 gerenciamento de riscos e controle interno, que vinha sendo feita por meio de
583 seminários, tendo como meta, até o final de 2005, promover essa disseminação em
584 todas as delegacias da Receita Previdenciária, o que até aquele momento havia sido
585 feito em onze delegacias. Enfatizou que o projeto já estava sendo reconhecido
586 nacional e internacionalmente, acrescentando que em setembro a Sr^a Lieda Amaral
587 faria uma apresentação sobre o tema na Conferência da OEA de Segurança da
588 Informação e que já foram feitas apresentações em diversos países da Europa,
589 buscando o reconhecimento da comunidade científica de que aquele seria o melhor
590 projeto para a administração pública. Destacou que o Presidente do Banco
591 Interamericano de Desenvolvimento reconheceu a importância do projeto e se mostrou
592 interessado em desenvolvê-lo em 27 países onde o BID tem atuação. Ressaltou que
593 uma das obrigações da empresa contratada para desenvolver o projeto de
594 gerenciamento de riscos era a transferência do conhecimento não só do modelo, mas
595 também das tecnologias que dão suporte à sua implementação. A Conselheira Lieda
596 Amaral mencionou que, mesmo com a unificação da Secretaria da Receita
597 Previdenciária com a Secretaria da Receita Federal, havia entendimento com o
598 Ministério da Fazenda para que a equipe continuasse participando do projeto também
599 na área de benefícios. A Sr^a Sandra Dorea esclareceu que o modelo de
600 gerenciamento de riscos que estava sendo desenvolvido para a Previdência Social
601 poderia ser adotado por qualquer instituição pública, portanto seria integralmente
602 aproveitado na nova estrutura do Ministério da Fazenda. Sugeriu ao Presidente do
603 Conselho que proporcionasse uma nova oportunidade à Secretaria da Receita
604 Previdenciária para apresentar o detalhamento do projeto de gerenciamento de riscos.

605 Esclareceu que a sua equipe concluiu todo o ciclo de gerenciamento de riscos e que
606 não fazia apenas a identificação das vulnerabilidades, mas também identificava os
607 riscos e analisava-os para, em seguida, avaliar e elaborar um plano para o seu
608 tratamento, construindo matrizes para medir cada um dos riscos identificados. Em
609 seguida, apresentou os processos que considerava mais expostos a riscos:
610 parcelamentos, CND e ajuste de guia, restituição, GFIP, processo de auditoria fiscal,
611 Siscof, Siscred e Sisobra, informando que já fora feito um trabalho completo na área
612 de parcelamento, sendo que, no final desse trabalho, foi elaborado e encaminhado à
613 Diretoria de Administração da Receita Previdenciária um documento onde estavam
614 traçadas todas as ações que deveriam ser implementadas para minimizar ou eliminar
615 os riscos que foram detectados; já havia sido concluído também o processo de
616 restituição e no prazo de quinze dias concluiria a CND e o ajuste de guias, que
617 estavam em andamento; os outros processos tinham cronograma definido. Citou a
618 elaboração do protocolo de gerenciamento de riscos, que já teria a sua minuta pronta
619 e estaria em fase de discussão com todas as áreas da Secretaria da Receita
620 Previdenciária, em busca de consenso, com o objetivo de definir conceitos e
621 princípios, ou seja, regras mínimas de segurança que deverão ser observadas por
622 toda a Casa quando da elaboração de normas, instruções normativas, convênios e
623 troca de informações, para evitar iniciativas particulares que trouxessem riscos
624 adicionais às tarefas diárias. Lembrou ainda outra atividade constante do plano de
625 ação da SRP, que seria o alinhamento do novo modelo de gestão sob a ótica de
626 riscos; a avaliação dos processos do NMG, verificando a sua aderência aos princípios
627 e conceitos de riscos; e o objetivo de avaliar os controles internos junto a todas as
628 delegacias e à própria Secretaria, o que foi interrompido com a deflagração da greve,
629 mas seria retomado assim que as agências e delegacias voltassem ao trabalho.
630 Esclareceu que o projeto de gerenciamento de riscos da SRP contemplava a
631 coordenação do projeto de pesquisa e desenvolvimento, tendo como base a gestão de
632 conhecimento e o uso da inteligência artificial, e que apóiam o modelo conceitual
633 vários módulos que são sistemas que servem como suporte para o sistema geral,
634 destacando os módulos de comunicação e consulta, de contextualização, que deveria
635 ser específico para cada órgão, de identificação de riscos, análise de riscos, avaliação,
636 tratamento, monitoramento e análise crítica. Aduziu que servia de apoio para o modelo
637 um sistema de interface que permitiria a comunicação entre os bancos de dados da
638 Dataprev e do novo sistema, com módulos de identificação de riscos e fraudes,
639 avaliação de cenários, análise e previsão de riscos de benefício e de receita,
640 identificação de riscos legais, riscos de imagem na mídia e um sistema para fazer o
641 repositório de todas essas informações sobre os riscos efetivamente materializados,
642 chamado de banco de perdas operacionais. Como fatores críticos para o sucesso citou
643 a assimilação da cultura de riscos e controle interno por toda a Casa, a
644 disponibilização dos recursos necessários, esclarecendo que não havia enfrentado
645 problemas nessa área, e sim no recrutamento de pessoas para compor o quadro do
646 seu departamento, e a capacitação de pessoal, além dos convênios de cooperação
647 com órgãos externos, discorrendo sobre o intercâmbio que mantivera com a Marinha
648 do Brasil, por meio do Casnav, órgão que promove treinamentos e cuida da gestão de
649 riscos naquela instituição. O Presidente agradeceu a exposição e passou a palavra ao
650 Conselheiro Marcelo Estevão, que elogiou o trabalho que estava sendo desenvolvido,
651 enfatizando a sua satisfação ao constatar que havia um esforço articulado entre várias
652 áreas estratégicas do Ministério e pela preocupação em não se perder parte desse
653 esforço com a criação da Receita Federal do Brasil, e recomendou ao Sr. Bassoli que
654 monitorasse a vulnerabilidade identificada na área de pagamento de benefícios via
655 conta-corrente. O Conselheiro Jorge Higashino, depois de dar os parabéns à equipe,
656 esclareceu ao Conselheiro Marcelo Estevão que o crédito em conta-corrente decorreu
657 de uma solicitação do Ministério da Previdência e do INSS para reduzir custos
658 operacionais, mas que o processo poderia ser reanalisado. Acrescentou que sentiu
659 falta na apresentação de referências à contingência a ser adotada para evitar rupturas

660 de controle. A Conselheira Lieda Amaral respondeu que essa foi uma das razões
661 pelas quais a Sr^a Sandra solicitou que houvesse outra oportunidade para apresentar o
662 gerenciamento de riscos em detalhes, explicando que os riscos variam conforme a sua
663 origem, podendo ser de tecnologia, de processos, de pessoais, legais ou externos,
664 que, conforme a ótica, seria analisado o impacto na estratégia; para atender ao
665 planejamento estratégico, deveriam levar em consideração as contingências, além do
666 impacto no financeiro e na imagem da Previdência Social, aduzindo que se tratava de
667 um modelo tão amplo quanto o dos bancos, porém mais moderno, porque teve como
668 referência inicial o que os bancos faziam e a determinação do Comitê da Basiléia para
669 as instituições financeiras até 2007. Portanto, contingências, plano de tratamento e
670 contextualização, aspectos estratégicos, organizacionais e de riscos, bem como o
671 monitoramento do plano de tratamento de riscos e do próprio modelo, tudo isso já
672 estaria contemplado dentro do projeto, daí a razão do uso dos simuladores e da
673 inteligência artificial, porque foram associados os modelos de análise de cenários aos
674 de identificação de riscos. Explicou ainda como funcionava o sistema de captura
675 automática, com foco de prevenção em todos os aspectos. O Conselheiro Evandro
676 Morello ponderou que talvez pudesse compreender melhor aquele tema se fosse
677 apresentado o enfoque que estava sendo dado a questões específicas sobre as quais
678 se assentavam as suas preocupações e perguntou se os elementos de vulnerabilidade
679 estavam sendo consolidados na área de benefícios. A Conselheira Lieda Amaral
680 informou que o maior risco materializado ocorria na área de benefício por
681 incapacidade, aduzindo que os projetos-piloto na área de arrecadação focaram a
682 recuperação de créditos especificamente e alguns procedimentos de fiscalização,
683 enquanto, paralelamente, a Assessoria de Gerenciamento de Riscos trabalhava com
684 todo o Benefício, então o sistema não era visto de forma completa, porque o modelo
685 não estava pronto; que, apesar de a Assessoria de Gerenciamento de Riscos fazer a
686 identificação, ela se referia às vulnerabilidades, que podem identificar um grau de
687 risco, mas, por não conhecer o todo, poderia ser algo insignificante em termos de
688 tempo e de atendimento disseminado em todo o País; que em ambos os casos se
689 utilizava o fluxo de trabalho como ferramenta, nos quais os técnicos procuraram
690 identificar os gargalos existentes, a sua origem e, no caso da sua materialização, onde
691 eles impactariam. Esclareceu que havia várias etapas no processo de concessão de
692 benefício por incapacidade e que a sua base contava com modelos matemáticos,
693 econométricos e estatísticos que eram rodados para os simuladores. O Conselheiro
694 Evandro Morello perguntou se haveria uma forma de a sociedade civil estabelecer
695 interlocução no processo de gerenciamento de riscos, e a Conselheira Lieda Amaral
696 esclareceu que a sociedade civil poderia participar na construção das recomendações
697 e no mapeamento do que é efetivamente identificado por meio do módulo de
698 comunicação e consulta e durante as disseminações que ocorriam sob a forma de
699 seminários. O Conselheiro Raimundo Nonato de Souza parabenizou a apresentação e
700 perguntou se os Conselheiros que não eram servidores do Ministério poderiam
701 participar dos seminários. A Sr^a Sandra Dorea informou que os Conselheiros poderiam
702 participar dos seminários que eram promovidos para disseminar a cultura do
703 gerenciamento de riscos e que passaria a convidá-los sempre que realizasse eventos
704 dessa natureza. O Conselheiro Jorge Higashino discorreu sobre a Basiléia II,
705 informando que ela se constituía de três pilares: risco operacional, risco do mercado
706 e risco de crédito, e elogiou o trabalho desenvolvido pela equipe de gerenciamento de
707 riscos, enfatizando que ele era mais operacional, enquanto os bancos trabalhavam
708 especificamente com dois riscos: de mercado e de crédito. O Conselheiro João
709 Laércio comentou sobre a imagem negativa da Previdência Social devido aos
710 escândalos noticiados, a edição pela Diretoria de Benefícios da instrução normativa
711 sobre controle, a existência de um representante do controle interno do Benefício em
712 cada agência, servindo como multiplicador, e o canal de comunicação que havia entre
713 a Diretoria de Benefícios e a AGR. O Presidente congratulou a equipe de trabalho da
714 área de gerenciamento de riscos, sugerindo a aprovação do trabalho realizado até o

715 momento e do programa de trabalho a ser desenvolvido até o final de 2005, o que foi
716 feito, acrescentando que a redação seria feita posteriormente e a resolução seria
717 submetida à assinatura do Ministro Presidente do Conselho.

718

719

720

721 V – OUTROS ASSUNTOS

722

723

724 Em seguida, o Presidente analisou a pauta da próxima reunião, com a apresentação
725 do relatório parcial pelo Grupo de Trabalho da Dívida; do estudo sobre fator
726 previdenciário, realizado pelo IPEA, por parte do Conselheiro Guilherme Delgado; da
727 questão relativa aos empréstimos em consignação; acrescentando que, se fossem
728 muitos os assuntos a serem analisados, poderia ser acatada a sugestão da
729 Conselheira Josepha Theotonia, no sentido de ampliar a duração da reunião, desde
730 que houvesse o compromisso dos senhores Conselheiros nesse sentido, propondo
731 iniciá-la às 9 horas, pontualmente. Em relação aos informes, lembrou que três deles
732 haviam ficado pendentes. Um seria sobre a Medida Provisória da Receita do Brasil,
733 cuja cópia foi distribuída aos Conselheiros, ponderando que o assunto poderia ser
734 inserido na pauta da próxima reunião, quando estaria mais claro o desenho de todo o
735 processo de transição, esclarecendo que havia a intenção de continuar a política
736 previdenciária e que a fusão das duas Secretarias significaria um ganho de escala em
737 termos de capacidade e de qualidade de arrecadação, além da simplificação dos
738 serviços prestados aos contribuintes. A Conselheira Lieda Amaral acrescentou que o
739 processo de fusão seria escalonado, exercendo efeito imediato apenas sobre a
740 administração central, e que o assunto seria melhor analisado na próxima reunião. O
741 Sr. José Porphirio comentou que, como a Dataprev seria bastante afetada e que por
742 não saber ainda como seria feita a transferência de sistemas, gostaria de participar
743 das discussões como ouvinte. A Conselheira Lieda Amaral informou que a Medida
744 Provisória autorizava a Dataprev a continuar prestando os serviços relativos à Receita
745 Previdenciária e que, uma vez que a integração de sistemas ocorreria junto ao Serpro,
746 o assunto seria objeto de reuniões específicas entre as duas empresas. O Presidente
747 acrescentou que a Medida Provisória também previa a criação de um comitê gestor
748 dessa transição, do qual participariam todos os órgãos envolvidos. O Conselheiro
749 Marcelo Estevão solicitou esclarecimento a respeito das atribuições do Conselho
750 Nacional de Previdência Social no que se refere à matéria contributiva, se elas seriam
751 afetadas com a transferência operacional de toda a área que lida com essa questão
752 para o Ministério da Fazenda. Comentou que, apesar de não ter participado da última
753 reunião, ficou impressionado com as declarações feitas tanto pelo Juiz Federal quanto
754 pelos demais funcionários da Casa sobre as brechas que o Refis abriu desde a sua
755 versão original, que foram agravadas posteriormente, com o Refis II, no que diz
756 respeito à tipificação e à punibilidade de crimes previdenciários, e que seria
757 necessário, diante daquele depoimento, que o Conselho fizesse alguma manifestação,
758 para evitar que liberalidades tão grandes como aquela identificadas na legislação
759 viessem a se repetir. O Presidente esclareceu que a iniciativa de legislação na área de
760 contribuição previdenciária era conjunta por parte das duas Secretarias, tanto da
761 Secretaria da Receita Previdenciária quanto da Secretaria da Receita Federal, e que,
762 quando a SRP foi criada, a Secretaria de Previdência Social inseriu no decreto
763 atinente às atribuições de cada área que ambas desenhariam as propostas
764 conjuntamente, pois a Secretaria da Previdência Social possui visão de conjunto e de
765 equilíbrio entre arrecadação e benefício da Previdência Social. Portanto, pela mesma
766 lógica, seria importante contar com a participação da nova Secretaria da Receita do
767 Brasil tão logo esta fosse representada no Conselho, preservando a diversidade e a
768 competência do Conselho para discutir Previdência em sua totalidade. O Conselheiro
769 Jorge Higashino informou que a Dataprev e o Serpro estavam acompanhando o

770 desenvolvimento do ambiente de pagamento, no qual haverá relacionamento direto
771 entre o contribuinte e o Governo, que também estava trabalhando em conjunto com o
772 Serpro para melhorar esse relacionamento e solicitou que, tendo em vista a conclusão
773 da GPS com código de barras, houvesse ampla divulgação ao público para a
774 utilização da facilidade que estava sendo criada. A Conselheira Lúcia Regina Reis
775 voltou ao tema da data da reunião, pois chegou atrasada e não participou do debate
776 sobre a alteração da data. Informou que no dia 31 de agosto não estaria no Brasil,
777 porque faria um curso na OIT, representando a CUT, e perguntou se a próxima
778 reunião do Conselho não poderia ser transferida para o dia 24 de agosto, uma vez que
779 considerava muito importantes os temas que seriam tratados. O Presidente explicou
780 que havia proposto a mudança de datas da próxima reunião porque acreditava que até
781 o dia 24 de agosto os Conselheiros poderiam influenciar na confecção da proposta
782 orçamentária, mas foi informado pelo Conselheiro Eduardo Cezar Gomes que o
783 encaminhamento para o Ministério do Planejamento seria realizado até o dia 9,
784 portanto resolveu, com a aprovação do Conselho, que nos primeiros dias de agosto,
785 por meio da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Previdência Social, os
786 Conselheiros teriam possibilidade de acessar a proposta orçamentária para 2006,
787 manifestando-se por escrito, e que tais manifestações seriam encaminhadas para o
788 Secretário de Planejamento, Orçamento e Administração, que viria ao Conselho no dia
789 31 de agosto para prestar contas. O Conselheiro Marcelo Estevão sugeriu realizar a
790 reunião em data intermediária, na segunda ou na terça-feira anteriores ao dia 31, ao
791 que a Conselheira Lúcia Regina respondeu que não adiantaria, pois só estaria no
792 Brasil até o dia 25 de agosto. O Conselheiro Guilherme Delgado informou que enviaria
793 o trabalho referente ao fator previdenciário para todos os Conselheiros no prazo de
794 dez dias a contar desta reunião e que no dia 25 estaria em Brasília e poderia fazer a
795 apresentação, mas o Presidente comunicou que no dia 25 teria compromisso inadiável
796 em São Paulo, em um evento que estava organizando e ao qual não poderia faltar. A
797 Conselheira Lúcia Regina informou que pediria a alguém da CUT para comparecer à
798 próxima reunião como ouvinte. Em seguida, discorreu sobre a greve dos trabalhadores
799 da Previdência Social, que completava 58 dias, lembrando que eles foram recebidos
800 pelo Ministério do Planejamento no primeiro dia da greve, momento em que não houve
801 negociação, que o Governo apresentou proposta formal no dia 15 de julho,
802 considerada aquém do que vinha sendo reivindicado, enfatizando que, desde a
803 negociação com os servidores públicos federais, todos os compromissos eram
804 assumidos para 2006, exceto o que havia sido negociado no ano passado e os casos
805 de descumprimento de acordos. Esclareceu que a última proposta mantinha a
806 diferença entre ativos, aposentados e pensionistas, o que não era aceito pelos
807 trabalhadores, que o prazo para eles darem uma resposta vencera no dia 22 de
808 agosto e que, uma vez que a resposta havia sido negativa, o Governo a retirou,
809 enviando ofício para as entidades para fazer tal comunicação. Informou ainda que, em
810 conversa com o Ministro da Previdência Social nesta reunião, solicitou que a proposta
811 do Governo fosse reapresentada, mas o Ministro teria lhe dito que se reunira com as
812 entidades e que o Governo esperava que os trabalhadores apresentassem nova
813 proposta ou que concordassem com aquela anterior. Esclareceu que havia um esforço
814 para encerrar a greve, mas o resultado de assembléias em todo o País foi no sentido
815 de não aceitar a proposta que o Governo apresentou e que esperava que nos
816 próximos dias houvesse um processo positivo de negociações, de modo que a greve
817 pudesse ser suspensa, com a manutenção do debate para os trabalhadores da Saúde,
818 do Trabalho e da Previdência. O Conselheiro Marcelo Estevão perguntou se a Medida
819 Provisória nº 242, relativa ao auxílio-doença, havia perdido a validade. O Presidente
820 respondeu que ela não havia sido votada no Senado e que o assunto tramitaria agora
821 sob a forma de projeto de lei, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que
822 reproduzia o texto apresentado na Câmara e fazia algumas emendas. Informou que
823 estava aguardando o decreto legislativo para proceder à revisão de todos os
824 benefícios que foram concedidos durante a vigência da Medida Provisória, desde abril

825 até a liminar do Supremo Tribunal Federal. O Conselheiro Marcelo Estevão perguntou
826 se, com o projeto de lei do Senado, o PLC nº 210 perderia a razão de ser. O
827 Presidente respondeu que os dois projetos tramitariam paralelamente, porque, se
828 retirassem o PLC, e o PLS fosse rejeitado, teriam que enviar outro projeto para o
829 Congresso. Depois de aprovado o projeto de lei de autoria do Senador Aloizio
830 Mercadante, aí sim, a matéria tratada no PLC seria suplantada no que se referia às
831 contribuições previdenciárias, mas não em relação ao microempreendedor, também
832 abrangido pelo PLC. A Conselheira Josepha Theotonia solicitou que este assunto
833 constasse da pauta da próxima reunião, assim como o tema relativo às ações sobre
834 ORTN que estão tramitando. O Presidente informou que isso seria feito se houvesse
835 condições, porque a pauta da próxima reunião já estava muito extensa. Informou que
836 ainda não havia feito este mês a entrevista coletiva para a divulgação dos resultados
837 do regime geral de Previdência Social, mas que seria entregue à Srª Leila o arquivo
838 em *power point*, para ser divulgado na lista. O Conselheiro Raimundo Nonato externou
839 a sua satisfação com a presença de um representante da Dataprev na reunião do
840 Conselho e solicitou esclarecimentos a respeito do recadastramento. O Presidente
841 informou que não sabia em que ponto estava a negociação com os bancos e, como
842 não tivera condições de trazer para o Conselho o Sr. Marcelo, da Controladoria, para
843 prestar essas informações, ainda ficaria devendo-as. O Conselheiro Raimundo Nonato
844 teceu comentários sobre a situação dos imóveis do INSS no Rio de Janeiro, citando o
845 exemplo de um prédio da Avenida Presidente Vargas cujo andar era ocupado pela
846 Federação dos Aposentados do Rio de Janeiro, que não pagava aluguel. O Presidente
847 informou o seu desconhecimento a respeito do assunto e solicitou ao Conselheiro que
848 enviasse a sua manifestação para a Srª Leila.

849

850 VI – ENCERRAMENTO

851

852 Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a todos a presença e declarou
853 encerrada a 112ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social.
854 Para constar, eu, Leila Giandoni Ollaik, lavrei a presente Ata. Brasília, 9 de agosto de
855 2005.